

## **O Território da Educação do campo a partir dos anos de 1990:**

### **legislação e políticas de educação para o campo em vigor**

**Cleivane**

#### **RESUMO**

Este artigo busca analisar as políticas educacionais destinadas a classe trabalhadora no campo, a partir dos anos de 1990. Nele procuramos recuperar a história do Movimento por Uma Educação do Campo, à luz do momento político e econômico vivenciado pelo País, no contexto das reformas neoliberais. A produção teórica que expressa as concepções de educação para a classe trabalhadora do “Movimento por uma Educação do Campo” é apresentada e discutida ao longo desse trabalho, que traz, ainda, uma reflexão sobre a legislação e as políticas educacionais implementadas pelo Estado, a partir do começo do século, com destaque para o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO. Tomando como referencial teórico que orienta nossas reflexões, o materialismo histórico dialético, apresentamos algumas considerações sobre as contradições do processo de institucionalização da política de educação do campo, em que procuramos retomar, a discussão sobre Estado e luta de classes, através da perspectiva teórica marxista adotada, analisando o processo de institucionalização da política de educação do campo e o conflito de interesses entre classes antagônicas. As considerações finais apontam que as demandas do Movimento por uma Educação do Campo, ao se institucionalizarem no aparelho do Estado, na forma de política pública, passam a fazer parte do jogo de interesses e da correlação desigual de forças que se estabelece no Estado.

## **O Território da Educação do campo a partir dos anos de 1990:**

### **legislação e políticas de educação para o campo em vigor**

Na década de 1990 os movimentos sociais do campo, vinculados à Via Campesina, começaram demandar uma nova educação para o meio rural. Baseados na proposta de educação do Movimento Sem Terra, as lutas por educação começaram a tomar corpo. A chamada “educação para o meio rural” passou a ser questionada, com base no conceito histórico e político de “camponês”. Desta forma, passa-se a utilizar a expressão “campo” em contraposição a “meio rural” com o objetivo de incluir “[...] uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês das lutas sociais e culturais que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho” (KOLLING, NERY; MOLINA, 1999, p. 25).

#### **1. A “educação do campo” em perspectiva**

O termo educação do campose fortaleceu no “I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA)”, ocorrido em 1997, promovido pela Universidade de Brasília (UnB), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O objetivo do evento era ampliar o debate sobre a educação do chamado “meio rural”, em todo o país, levando-se em conta o contexto do campo em termos de cultura específica, bem como a maneira de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço e o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar a família e o trabalho (KOLLING, NERY; MOLINA, 1999, p. 14).

Em julho de 1998, ocorreu a “I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo”, em Luiziânia (GO), promovida pelo MST, Unicef, Unesco, CNBB e UnB. Nesta conferência foi criado “Movimento por uma Educação Básica do Campo”, envolvendo movimentos sociais e pesquisadores. Caldart (2004, p. 13) coloca que neste encontro ocorreu o “batismo” de um novo jeito de lutar e pensar a educação para o povo brasileiro que vive e trabalha no e do campo.

De acordo com o Relatório da I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo (1998, p. 24).

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser uma educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (Relatório da I Conferência)

Na conferência os graves problemas da falta de acesso e de baixa qualidade da educação pública destinada à classe trabalhadora no campo foram denunciados e a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo construído pelos seus sujeitos foi reafirmada. A partir daquele momento vários seminários foram realizados, em âmbito nacional e estadual, culminando com a constituição da “Articulação Nacional Por uma Educação do Campo”, uma comissão formada por representantes das diversas organizações sociais e sindicais do campo, com o objetivo de fomentar o debate e coordenar ações em defesa da educação do campo.

Dentre os compromissos assumidos pelos participantes da I Conferência estavam: vincular as práticas de educação do campo ao processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional; propor novas relações com a cultura e valorizar a cultura do campo; fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à educação básica do campo; lutar pelo acesso à alfabetização para todos; formar educadores do campo; envolver o povo do campo na luta pela educação; acreditar na capacidade de construir o novo e implementar o plano de ação aprovado na conferência.

Em novembro de 2002 ocorreu na Universidade de Brasília, o “Seminário Nacional Por uma Educação do Campo: políticas públicas e identidade política e pedagógica das Escolas do Campo”, promovido pelo MST, Unesco, UnB e CNBB, com o apoio do INCRA/Pronera/SAF/MDA, com o objetivo de continuar o debate deflagrado em 1999, na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo e aprofundar a discussão sobre políticas públicas a partir das novas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, recém-aprovadas no Conselho Nacional de Educação - CNE e consideradas pela organização do evento como uma grande conquista da educação do campo.

O seminário objetivava, ainda, avaliar os resultados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), na educação do campo, socializar práticas e reflexões sobre a construção do projeto político-pedagógico das escolas do campo, consolidar compromissos e definir bandeiras de luta entre as entidades presentes: MPA, MST, MAB, ANMTR, PJR, CPT, FEAB, CONTAG, UNEFAB, CIMI, universidades e ONGs que trabalham com educação do campo, secretarias municipais e estaduais de educação e INCRA.

Em 2004 aconteceu a “II Conferência Nacional de Educação do Campo”, promovida pelo MST, Unesco, Unicef, CNBB, UnB, CONTAG, UNEFAB, UNDIME, MPA, MAB e MMC. Nesse momento ampliaram-se os grupos organizados, as universidades e as representações governamentais, bem como as concepções de educação. Nessa Conferência, além de reafirmar a luta pela educação em todos os seus níveis (educação básica e ensino superior), reafirmou-se a necessidade de que a educação do campo fosse assumida como política pública.

O texto base da II Conferência propunha que fosse rejeitada a visão de campo como lugar de atraso, condenado à extinção, e de políticas públicas como um conjunto de ações assistencialistas ou compensatórias. Propunha ainda a superação do uso privado do público, bem como a não redução do trato público às demandas de mercado.

O texto final da conferência ressalta a existência de um novo campo, modificado pela ação dos movimentos organizados e reafirma a necessidade de políticas públicas como garantia de direitos, que historicamente foram negados aos camponeses. Políticas essas que deveriam ter caráter universal, garantindo o direito de todos a uma educação de qualidade, articulada ao direito à terra e a outros direitos sociais fundamentais. Destaca ainda a necessidade de políticas públicas para a especificidade do campo, composto por diferentes sujeitos e espaços, de diferentes saberes e culturas, que exigem o reconhecimento de suas especificidades.

Como resultado das discussões realizadas em âmbito nacional, vários encontros regionais e estaduais foram realizados. A realização dos encontros e seminários em vários estados brasileiros culminaram com a publicação de uma coleção de cadernos que recebeu o nome “Por uma Educação do Campo. Publicados em parceria com a UNESCO e a UNICEF esse conjunto de cadernos foram escritos por militantes e teóricos vinculados à Via Campesina, dentre eles: Edgar Kolling, Mônica Molina, Irmão Nery, Bernardes Mançano Fernandes, Rosely Salette Caldart e Miguel Arroyo.

O primeiro livro da coleção, intitulado “Por uma Educação Básica do Campo – Texto Base” foi organizado por Kolling, Nery e Molina (1999). Apresenta as ideias principais do Movimento por Educação do Campo, denunciando a situação da educação oferecida a população camponesa e faz proposições, como a superação do preconceito de que o urbano é superior ao rural, considerado atrasado, arcaico, afirmando entre outras coisas a necessidade de se extinguir a ideia de que a escola urbana é melhor que a rural, e, propondo uma educação “específica” para atender às necessidades do campo e suas diversidades.

O referido texto-base defende a construção de um projeto de desenvolvimento nacional, um “novo modelo de desenvolvimento” para o campo, com políticas públicas voltadas para a escola do campo, com concepções e princípios pedagógicos que configurem a “opção brasileira”, difundida pelo movimento da Consulta Popular<sup>1</sup> da na defesa de um “Projeto Popular para o Brasil”.

O segundo livro denominado “A educação básica e o movimento social do campo”, compõe-se de dois artigos, um de Bernardo Mançano Fernandes (1999, p. 53-70) e outro de Miguel Gonzales Arroyo (1999, p. 13-52). Fernandes discute a relação entre campo e cidade, apontando as desigualdades sociais, o preconceito urbano em relação ao camponês, afirmando ainda que a educação do campo com um novo projeto é fundamental para desenvolver a agricultura camponesa. Arroyo, por sua vez, trata da importância do movimento social nos processos educativos. Afirma que há um crescente movimento social no campo que se vincula à educação dos camponeses e que, por sua própria natureza, possui caráter educativo.

Para Arroyo, a educação básica tem que atentar para as matrizes culturais do povo do campo, “[...] a escola se vincula à produção. Mas a escola se vincula, sobretudo, aos processos culturais inerentes aos processos produtivos e sociais” (ARROYO, 1999, p. 27-28). Nesse sentido, escola deve incorporar a cultura camponesa aos currículos e práticas pedagógicas. O autor faz ainda críticas a seriação e aos programas didáticos, ressaltando que “nem tudo o que está no currículo urbano é saber social, logo, não tem que chegar a escola do campo”.

---

<sup>1</sup>A Consulta Popular, foi um movimento iniciado em 1998, por militantes da Via Campesina e intelectuais de algumas universidades, que defendia a construção de um projeto nacionalista que possibilitasse a mudança do modelo de desenvolvimento em curso. Várias marchas de camponeses foram feitas pela Via Campesina para “discutir” com a população essa proposta, que recebeu o nome de “Opção Brasileira”.

O terceiro livro foi escrito por Roseli Cardart e César Benjamin (2001). O texto de Benjamin apresenta a proposta intitulada “Projeto Popular para o Brasil”, que se articula em torno de algumas políticas; a saber: política de segurança alimentar, política de reforma agrária; política agroecológica; política agrícola que garanta agregação de valor à produção agrícola e sua comercialização; política de crédito; e, política de desenvolvimento da educação do campo. Trata-se de uma proposta de cunho idealista, tendo em vista que parte da crença de que mudando o modelo de desenvolvimento todos os demais problemas seriam solucionados.

Nesse terceiro livro, denominado “Projeto Popular e Escolas do Campo”, CALDART (2000, p. 41-87) relaciona a luta pela escola do campo com as ações do MST, articulada com a luta pela terra. No seu texto, a autora expõe uma miscelânea de referências que fundamentam a proposta de educação do MST e que apresenta como “Pedagogias em Movimento”. Destaca-se: a) Pedagogia da luta social: voltada para subverter a ordem opressora, reinventando a ordem a partir de valores radicalmente humanistas; b) Pedagogia da organização coletiva: fundamentada na formação do sujeito a partir dos princípios da luta organizada, do companheirismo, da solidariedade; c) Pedagogia da terra: pautada na relação do ser humano com a terra mãe, geradora da vida, lugar de nascer, viver e morrer; d) Pedagogia do trabalho e da produção: fundamentada no trabalho como princípio educativo, que humaniza. Considera que é através do trabalho que se constrói o conhecimento, se cria habilidades e se forma a consciência; e) Pedagogia da cultura: ancorada na pedagogia do gesto, expressada no modo de vida do Movimento, seu jeito de ser, de produzir na terra sua mística, seus símbolos, sua religiosidade, sua arte, etc.; f) Pedagogia da escolha: baseada no reconhecimento de que as pessoas se educam e se humanizam no exercício de fazer escolhas e que estar num movimento é confirmar e fazer permanentemente escolhas, sempre movidas por valores que são uma construção coletiva; g) Pedagogia da história: orientada pela memória histórica coletiva, necessária para a construção de uma identidade. Considera que a memória histórica dos trabalhadores e do próprio Movimento deve fazer parte de todo processo educativo; h) Pedagogia da alternância: direcionada para a integração da família e da comunidade em tempos distintos e complementares: o tempo escola, onde ocorrem as aulas práticas e teóricas e o tempo comunidade (CALDART, 2000, p. 41 a 87).

No quarto livro, “Educação do Campo, Identidade e Políticas Pública”, Caldart (2002) fortalece a necessidade de uma pedagogia do campo referenciada nos movimentos sociais, discutindo os traços de uma identidade da educação do campo. A premissa principal é a de que o campo é um lugar onde se criam pedagogias e se constrói um projeto político. Também o campo é lugar de construção de escola, não construção apenas física, mas de um ideal de escola, que eleve a autoestima dos sujeitos do campo. Os educadores também são sujeitos da educação do campo e devem participar das lutas sociais, precisam ser do meio do povo e ter conhecimento da realidade onde vivem.

No quinto livro, “Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação no Campo”, organizado por Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus são apresentados textos de Caldart, Fernandes, Jesus e Arroyo que procuram sintetizar o pensamento e as proposições do Movimento Por uma Educação do Campo, no que refere se ao “novo paradigma” da educação do campo.

Através de um artigo apresentado durante o I Seminário Nacional “Por uma Educação do Campo”, Cardart (2004) defende a luta por políticas públicas. Para ela a educação do campo identifica uma luta pela educação, que, sendo direito de todos, deve ser garantida por políticas públicas. Os sujeitos da educação do campo são os camponeses, por isto ela deve estar voltada para eles, “uma educação do e no campo.

Arroyo (2004, p. 91 a 108), afirma ser a educação dos camponeses um direito universal e que o Estado deve assumi-la, reconhecendo os valores, a cultura e as formas de vida no campo, defendendo a luta necessária pelas políticas públicas de educação do campo.

A produção teórica elaborada pelo conjunto dos autores acima referidos ocupou espaços institucionalizados junto ao MEC nos dois mandatos do presidente Lula. Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e dentro de sua estrutura foi criada a Coordenação Geral de Educação do Campo, que coordena um “movimento nacional” de construção de políticas educacionais para o campo, com ampla participação da Via Campesina.

Iniciada em julho de 2004, a Coordenação Geral de Educação do Campo, tem como tarefa promover seminários estaduais, visando a discussão de estratégias para a implementação das Diretrizes Operacionais e a elaboração de propostas para uma

política nacional. Destaca-se que o MEC tem publicando livros e cartilhas que expressam as concepções discutidas pelos movimentos nessa trajetória.

Assim, reconhecemos que as bases da educação do campo proposta pelo Movimento Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, contribuíram para mobilizar os camponeses na discussão sobre a educação e trazê-la para a pauta da administração pública, que tem disseminado seus conceitos por meio da legislação e de outras ações institucionais.

Todavia, consideramos que a articulação dos movimentos da Via Campesina, em especial o MST, com os órgãos do governo: MEC, INCRA, NEAD, MDA e com a igreja católica (CNBB), e com a Unesco e a Unicef evidenciam as contradições presentes neste movimento, que ao mesmo que empreende a crítica ao Estado capitalista requer dele que assuma a sua pedagogia do campo. Essa e outras contradições presentes na proposta do Movimento Por uma Educação do Campo serão analisadas mais adiante, neste trabalho.

No texto a seguir faremos a apresentação e discussão do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Consideramos que o leque de ações incorporadas neste programa constitui-se como uma das principais formas de materialização da Política de Educação do Campo, instituída pelo Decreto 7.352 em novembro de 2010. A adesão aos programas e ações repercute diretamente na educação ofertada pelos poderes públicos estaduais e municipais para a população que vive no campo.

Além de apresentar o referido programa, é nossa intenção discutir a institucionalização da educação do campo no Estado brasileiro. O objetivo é problematizar as contradições presentes na atual Política de Educação do Campo e no Programa Nacional de Educação do Campo.

## **2. A Política de Educação do Campo e o Pronacampo**

Nesta parte do trabalho procuraremos discutir as contradições presentes na atual Política de Educação do Campo, que toma corpo no Programa Nacional de Educação do Campo. Assim, será feito num primeiro momento, a apresentação dos eixos centrais de tais

políticas e na sequência, as reflexões sobre como tem ocorrido o processo de institucionalização destas políticas no âmbito do Estado brasileiro.

## **2.1. Breve contextualização**

Em 2010 com a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução nº 04/2010/CEB/CNE) a Educação do Campo passa a ser reconhecida como modalidade de ensino. No mesmo ano, através do Decreto nº 7.352/2010 é instituída a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, sendo também definidos os princípios e os mecanismos para garantir a manutenção e o desenvolvimento da Educação do Campo nas políticas educacionais.

O Decreto nº 7.352/2010 prevê o apoio técnico e financeiro do MEC aos estados, Distrito Federal e municípios para a implantação de ações voltadas a ampliação e qualificação da oferta da Educação Básica e Superior às populações do campo e a instituição de Comissão Nacional de Educação do Campo para o acompanhamento dessa política.

Construído pelo Grupo de Trabalho coordenado pelo (MEC/SECADI), formado pelo Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra - MST, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a proposta procurou atender a demandas dos sistemas de ensino e dos movimentos sociais. (MEC, 2013, p. 02).

O Programa compreende a discussão dos quatro eixos transversais para a efetivação das políticas de educação básica e superior: 1) gestão e práticas pedagógicas; 2) formação de professores; 3) educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica; 4) infraestrutura física e tecnológica.

A fim de assegurar a intersetorialidade das políticas públicas, contou-se com a colaboração de diferentes setores: o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), a Secretaria Nacional da

Juventude (SNJ), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) (MEC, 2013, p. 02)

A elaboração do Programa suscitou amplo debate quanto à importância de sua implementação por meio de regime de colaboração entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. A proposta foi apresentada no Fórum de Secretários de Estaduais de Educação, na Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) e aos representantes da Frente Parlamentar pela Educação do Campo<sup>2</sup>.

Assim, estruturado a partir do Decreto nº 7.352/2010, o Programa constitui um conjunto de ações voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; Infraestrutura Física e Tecnológica. (MEC, 2013, p. 03)

Ainda no contexto do PRONACAMPO, foram apresentadas propostas de alterações legais, encaminhadas por meio de um Projeto de Lei (PL) e de uma Medida Provisória (MP). O PL 3.534/2012 propunha alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, que deverá considerar “a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar”. A Medida Provisória nº 562 de 2012, convertida na Lei nº 12.695 de 25 de julho de 2012, seria para viabilizar assistência financeira à oferta da Educação do Campo, contemplando a proposta pedagógica por alternância, realizada por instituições conveniadas com os sistemas de ensino, a educação de jovens e adultos por meio da proposta Saberes da Terra e o Programa Nacional da Reforma Agrária - PRONERA. (MEC, 2013, p. 03)

Com a conversão da MP nº 562/2012 na Lei nº 12.695, de julho de 2012, o Congresso possibilitou entre outras coisas a disponibilização de e transferência direta dos

---

<sup>2</sup> Tinha o objetivo de propor e acompanhar a tramitação de matérias legislativas que contribuíssem para a implementação de políticas públicas relacionadas à Educação do Campo. em 2012 era presidida pelo Dep. Padre João, do PT/MG e mais nove membros em sua grande maioria do PT, com exceção do Dep. Zé Silva, do PDT/MG. (Fonte: Minuta da Proposta de Plano de Trabalho da Frente Parlamentar de Educação do Campo, s/d. Disponível em: <http://www.padreja.com.br/227/educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo/Plano%20Trabalho%20Frente%20Parlamentar%20E.Campo%20%281%29.pdf>, acessado em 16 de dezembro de 2014.

recursos financeiros da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; a inclusão dos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; o cômputo das matrículas no FUNDEB das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público que atuam com a proposta pedagógica de formação por alternância, na Educação do Campo e a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

Assegurava-se, dessa forma, o apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino, atendendo desta forma as demandas apresentadas pelo Movimento por uma Educação do Campo.

## **2.2. A configuração do PRONACAMPO**

De acordo com o Documento Orientador do PRONACAMPO (MEC, 2013, p. 06) objetivo do PRONACAMPO é disponibilizar apoio técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para que haja a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação, por meio de suas ações que são voltadas para que haja acesso e permanência na escola, com uma aprendizagem de qualidade, valorizando o universo cultural das populações do campo.

Assim o programa foi organizado a partir de 04 eixos, a saber:

### **I. Gestão e Práticas Pedagógicas**

**Programa Nacional do Livro Didático Campo:** trata dos livros didáticos específicos para os anos iniciais do ensino fundamental do campo de modo a permitir o desenvolvimento educacional, de acordo com as especificidades do campo. De acordo com o MEC (2013, p.06) o objetivo do Programa é distribuir materiais didáticos específicos para os estudantes e professores do campo que permitam o desenvolvimento

do ensino e da aprendizagem de forma contextualizada, em consonância com os princípios da política educacional do campo na educação básica. Contempla em suas ações a elaboração e disponibilização de coleções voltadas para a realidade do aluno do campo, com conteúdos que favoreçam a interação do conhecimento com os saberes da comunidade. A escolha dessas coleções pelas redes de ensino acontece após seleção através de Edital.

**Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE Temático:** financiado pelo Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE), esse programa disponibiliza obras de referência de acordo com as especificidades do campo, seu objetivo segundo MEC (2013, p. 07), é atender as bibliotecas das escolas da rede pública de ensino, com obras de referência que ampliem a compreensão de professores e estudantes sobre as temáticas da diversidade, inclusão e cidadania e atendam ao desafio de promover o desenvolvimento de valores, práticas e interações sociais.

Suas ações são voltadas para os anos finais do ensino fundamental, com a disponibilização das obras referência, que abordem a inúmeras temáticas da diversidade humana, contribuindo para a inclusão e valorização dos valores culturais das populações do campo, de modo que se oponham a todo tipo de preconceito, discriminação e exclusão. (MEC, 2013, p. 07)

**Programa Mais Educação Campo:** instituído como estratégia do poder público, com intuito de ampliar a jornada escolar dos alunos. As escolas Públicas fazem adesão ao Programa de acordo com as necessidades e projetos desenvolvidos de acordo com o Projeto Político Pedagógico da instituição, adequando se as exigências do programa. Seu Principal objetivo de acordo com a MEC (2013, p. 8), é contribuir para a estruturação da proposta de educação integral nas escolas do campo e de comunidades quilombolas, por meio da disponibilização de recursos específicos para a ampliação da jornada escolar, integrando atividades de acompanhamento pedagógico e enriquecimento curricular nas diversas áreas do conhecimento.

Suas ações são voltadas para o acompanhamento pedagógico; Agroecologia; Iniciação Científica; Educação em Direitos Humanos; Cultura e Arte Popular; Esporte e Lazer; Memória e História das Comunidades Tradicionais.

**Programa Escola da Terra:** caracterizado, principalmente, por ações que desenvolvem a formação continuada dos professores do campo que atuam na rede

pública nos anos iniciais do ensino fundamental, contribui para a oferta de curso de aperfeiçoamento para esses profissionais, por meio da disponibilização do material pedagógico para as formações continuadas. Objetiva promover a melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, por meio do apoio à formação de professores. (MEC, 2013, p. 09).

## **II. Formação de Professores**

**PROCAMPO:** caracteriza-se pela oferta de cursos de licenciaturas em Educação do campo, sendo os cursos ofertados pelas Instituições Federais de Ensino Superior com regime de Alternância. Segundo o MEC (2013, p. 10) a proposta pedagógica oferecida pela formação do PROCAMPO, é construída por meio da participação social e tem como base a realidade dos povos do campo e a especificidade da organização e oferta da educação básica a essas comunidades. O objetivo do programa é apoiar prioritariamente a formação inicial dos professores que trabalhem na educação do campo, assegurando as condições de acesso aos cursos, que destinados à formação docente nos anos iniciais do ensino fundamental e do ensino médio.

**PARFOR:** licenciatura para professores, na modalidade presencial e a distância, por meio de edital específico no âmbito do Plano Nacional de formação de professores da Educação Básica (PARFOR/CAPES). Objetiva especialmente formar professores nas licenciaturas para a educação básica.

**PDE Interativo:** desenvolve ações de apoio a formação continuada e capacitação dos profissionais da rede educacional de ensino, da Educação Básica. Seu objetivo é apoiar as ações de formação de profissionais do magistério da educação básica pública, em atendimento às demandas de formação continuada (MEC, 2013, p. 11).

## **III. Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica**

**PRONATEC Campo:** caracteriza-se com uma iniciativa do Governo com o intuito de expandir a educação profissional técnica a todos os brasileiros. Um dos objetivos do Programa é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de

educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância. (MEC, 2013, p. 13). Ainda de acordo com o MEC, os cursos são ofertados de modo que contribuam para o desenvolvimento regional rural, bem como a inclusão social de estudantes e trabalhadores rurais por meio da ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada, de acordo com as especificidades de cada região.

**O EJA saberes da Terra:** como apresentado pelo MEC (2013, p. 12), seu objetivo é elevar a escolaridade de jovens e adultos em consonância com um projeto de desenvolvimento sustentável do campo a partir da organização e expansão da oferta da modalidade de educação de jovens e adultos integrada à qualificação profissional e ensino médio. Para o desenvolvimento da proposta em articulação com o PRONATEC, financia ações desenvolvidas pelos institutos federais e escolas técnicas da rede estadual no âmbito dessa ação que tenham experiências e atuação na Educação do Campo.

#### **IV. Infraestrutura física e tecnológica**

**Construção de Escolas:** objetiva oferecer apoio técnico e financeiro aos entes federados para a melhoria das condições de infraestrutura das escolas do campo (MEC, 2013, p. 14). Suas ações são voltadas para a construção de escolas que atendam especificidades do campo.

**Programa Inclusão Digital:** trata da liberação de laboratórios de informática, assim como outros equipamentos que permitam o acesso a educação digital. O objetivo desse programa é promover a inclusão digital e o uso pedagógico da informática nas escolas do campo, disponibilizando computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. (MEC, 2013, p. 15).

**PDDE Campo – Programa Dinheiro Direto na escola:** objetiva destinar recursos financeiros de custeio e de capital a escolas públicas municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo, que tenham estudantes matriculados no ensino fundamental a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades, necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas.

Os recursos financeiros serão liberados em favor das escolas de ensino fundamental do campo que possuam Unidade Executora Própria (UEX) devendo ser empregados na contratação de trabalhadores para realização de reparos e/ou pequenas

ampliações e cobertura de outras despesas, que favoreçam a manutenção, conservação e melhoria de suas instalações, bem como na aquisição de mobiliário escolar e na concretização de outras ações que concorram para a elevação do desempenho escolar. (MEC, 2013, p. 16)

**PDDE Água e Esgoto Sanitário – Programa Dinheiro Direto na Escola:** possui características semelhantes ao PDDE Campo. Seu objetivo é destinar recursos financeiros para a adequação do abastecimento de água, para que seu consumo seja de qualidade nas instituições de ensino no campo. Esses recursos financeiros devem ser utilizados para aquisição de equipamentos, instalações hidráulicas e contratação de trabalhadores, necessários à construção de poços, cisternas, fossas sépticas e esgotamento sanitário.

**Programa Luz para Todos na Escola:** procura garantir que haja energia elétrica em todas as escolas do campo em parceria com o programa federal Luz para Todos. Suas ações são direcionadas às escolas que não possuem energia elétrica, para que essas tenham atendimento prioritário no programa federal Luz pra Todos do Ministério de Minas e Energia.

**Transporte Escolar:** estabelece ações voltadas para aquisição de transportes escolares de acordo com as necessidades apresentadas pelas secretarias de educação. Seu objetivo é apoiar os sistemas de ensino para a garantia de transporte dos estudantes do campo para o campo, especialmente até os anos finais do Ensino Fundamental, com o menor tempo possível no percurso de casa para a escola.

Uma rápida exposição das ações desenvolvidas dentro do PRONACAMPO permite que seja visualizada a sua dimensão. Importa, pois, empreender o esforço de análise crítica no sentido de compreender as contradições presentes no processo de institucionalização destas políticas públicas destinadas à classe trabalhadora no campo.

### **3. Considerações sobre as contradições do processo de institucionalização da Política de Educação do Campo**

Intentamos, nesta parte do trabalho, compreender como a educação do campo se insere na estrutura do Estado brasileiro, afim de que possa compreender os alcances e limites desta política.

A concepção de Estado que orienta as análises pretendidas, parte da compreensão de que o Estado é resultado das múltiplas formas de organização e conflitos inerentes à vida social. Assim, o Estado (ampliado) guarda uma dimensão de consenso, obtido não somente pela ação das vontades coletivas organizadas na sociedade civil, mas também pela atuação do Estado restrito, que tende a generalizar o projeto da fração de classe hegemônica num dado bloco histórico. (GRAMSCI, 1980)

Frente a estas reflexões, é possível compreender que o Estado sempre se apresenta como uma correlação desigual de forças, onde os poderes hegemônicos instituídos tendem a se impor sobre as ações do Estado. Essa atuação pode ser considerada a força motriz que impulsiona a ação do Estado, no caso, as políticas públicas. Desse modo, analisar como se desenvolve as políticas públicas pressupõe estarmos atentos às contradições inerentes à desigualdade de classes existentes na sociedade capitalista.

Consideramos importante destacar que o PRONACAMPO foi recebido pelos movimentos sociais e órgãos municipais e estaduais com muito entusiasmo. A concepção do qual se origina parte do entendimento de que todos os grupos sociais que vivem no campo têm direito à uma política pública específica de educação que os atenda. A ideia embutida no programa era de universalização das ações e propostas de educação do campo no atual contexto do campo brasileiro.

Muito embora seja uma política recente, portanto difícil de analisar mais profundamente seus resultados, algumas inquietações precisam ser colocadas, no sentido de contribuir para que seja elucidado o sentido atribuído à educação dessa proposta, que na aparência parece atender às reivindicações dos movimentos sociais do campo.

Nesse sentido destaca-se que na ocasião do lançamento do PRONACAMPO, realizado oficialmente no dia 20 de março de 2012, no Salão Nobre do Palácio do Planalto, contando com a presença da Presidenta Dilma Roussef, do Ministro da Educação Aloizio Mercadante e do Sr. José Wilson Gonçalves, representante da Comissão Nacional de Educação do Campo, representante da Confederação Nacional

dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre outras autoridades, o Ministro da Educação expôs os eixos gerais do Programa colocando que ele

[...] visava um conjunto de ações articuladas que assegurem a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como a formação dos professores e a produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura das escolas, a qualidade da educação do campo em todas as etapas e modalidades. São 4 eixos principais: 1 – gestão e práticas pedagógicas, 2 – formação de professores, 3 – educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica e 4 – infraestrutura física e tecnológica para as escolas. (MEC, acesso em 13/04/2012)

Na ocasião foi apresentada também a meta de atendimento de 76 mil escolas existentes no campo. Na abertura de sua fala o Ministro afirmou que:

A presidenta Dilma definiu um programa especial para a educação no campo, eu diria resgatando uma dívida histórica, porque nós temos, aproximadamente, 30 milhões de pessoas que vivem no campo, o Brasil tem a segunda agricultura do mundo, produz 300 bilhões de dólares, exporta quase 95 bilhões de dólares e, no entanto, nós não temos uma política específica de educação para a população, para os jovens, para os estudantes que vivem no campo brasileiro (MEC, acesso em 02/12/2014)

Nesse sentido, cabe perguntar para qual campo a referido política educacional se volta. Que intencionalidade e que concepção de educação permeiam a proposta?

Sabemos que há no campo uma dualidade expressa na contradição entre o campo que produz *commodities* agrícolas, agroexportador, e o campo pobre, fruto de um modelo econômico social que concentra a terra, subordina e exclui milhões de trabalhadores no campo. A fala do Ministro evidencia essa aparente capacidade de atender os interesses do agronegócio no campo. Referindo-se a formação profissional e tecnológica, o Ministro Mercadante coloca que

[...] a presidenta estabeleceu a meta de 180 mil vagas para a formação profissional dos trabalhadores e jovens do campo. Nós identificamos com a Embrapa todas as principais cadeias produtivas em cada estado, em cada região, verificando qual é a perspectiva do mercado de trabalho no futuro e orientando a formação desses jovens para que eles tenham mais oportunidades, o que vai ajudar a agricultura familiar a aumentar a eficiência e a produtividade, ou se ele for trabalhar em uma empresa, com melhores condições, com melhor formação, ajudando, portanto, a melhorar ainda mais a eficiência do campo que já é um exemplo de competência internacionalmente reconhecido. (MEC, acesso em 02/12/2014)

Fica evidenciada, dessa maneira que a educação para a classe trabalhadora no campo é um território em disputa. Outro aspecto também chama atenção na fala do Ministro que coloca que “é muito mais inteligente preservar esses 30 milhões de pessoas no campo, do que essa urbanização acelerada que cada vez dificulta mais a vida nas grandes cidades” (MEC, acesso em 02/12/2014).

A fala do Ministro, referida anteriormente, suscita ainda, outros questionamentos: a atual política de educação do campo, assim como em momentos anteriores da história da educação para o campo, destina-se a controlar a urbanização desordenada no País ou constitui-se como um direito daqueles que vivem no campo?

Todas essas falas evidenciam a disputa e o jogo de interesses que permeiam a institucionalização da educação do campo enquanto política pública. Os apontamentos acima nos permitem concluir que, quando as políticas públicas adentram no aparelho do Estado, elas passam a fazer parte do jogo de interesses e da correlação desigual de forças que ali se estabelece; de modo especial, as políticas voltadas para o campo, onde é visível a divergência de interesses historicamente situados.

### **Considerações Finais**

A análise da produção teórica do Movimento por Uma Educação do Campo e das atuais políticas educacionais destinadas à classe trabalhadora no campo nos permite identificar uma série de contradições teórico-práticas presentes nessas propostas. O discurso da superação da dicotomia cidade-campo, da proposta de construção de um “novo modelo de desenvolvimento” para o campo, com políticas públicas voltadas para a escola do campo, com concepções e princípios pedagógicos que configurem a “opção brasileira”, difundida pelo movimento da “Consulta Popular” na defesa de um “Projeto Popular para o Brasil”, capaz de, entre outras possibilidades, assegurar a “fixação do homem no campo”, parece caminhar para um retorno ao “ruralismo pedagógico”, vivenciado em momentos anteriores da história da educação para o campo, no Brasil.

Ao nos referirmos ao papel da escola, a partir da lógica mercantilista que permeia os discursos atuais sobre o papel da escola na contemporaneidade – preparação para o mundo do trabalho, formação para cidadania crítica, preparação para a participação social e formação ética – explicitamos que as concepções presentes nas propostas do Movimento por uma Educação do Campo, não apontam para além do

capital. A utilização desses termos não deixa qualquer dúvida quanto ao fato de que elas integram a ordem do capital, conscientemente ou não.

Corroboram ainda para essas conclusões o sincretismo epistemológico e o ecletismo pedagógico, que permeiam toda a proposta de “educação do campo” pretendida pelo Movimento por Uma Educação do Campo, expressas nos seus documentos orientadores através da utilização de correntes de pensamento que transitam do humanismo cristão até um pretendido marxismo.

Do ponto de vista pedagógico, o ecletismo se revela através da utilização do que se chamou de “Pedagogia em Movimento”: pedagogia da luta social, pedagogia da organização coletiva, pedagogia da terra, pedagogia do trabalho e da produção, pedagogia da cultura, pedagogia da escolha, pedagogia da história, pedagogia da alternância (CALDART, 2000). Essa miscelânea de orientações teórico-práticas expressa uma concepção pragmatista, focada na resolução de problemas imediatos, como se esses pudessem ser resolvidos sem uma clara teoria norteadora.

Isso, por sua vez, desemboca numa sutil, mas significativa desqualificação da teoria em favor de um ativismo superficial, fundado num sentido moral, humanitário, que se distancia do caráter ontológico, pelo qual as lutas sociais devem orientar-se, o que significa dizer, se distancia daquilo que o processo real, explicitado por uma boa teoria, orienta que se faça em função de um fim previamente posto. Nesse caso, se o fim a ser alcançado é a emancipação humana, a importância da teoria iluminadora aumenta de forma extraordinária. (TONET, s/d, p. 131-132).

Nesse sentido, consideramos que a educação escolar não pode ser compreendida fora do contexto societal mais amplo em que ela se encontra inserida. Dito de outra maneira, é preciso não esquecer que não se trata apenas de um esforço para possibilitar a apropriação de todo o instrumental que a escola pode oferecer, em termos de socialização de todo o patrimônio material e cultural historicamente produzido, mas também de combate, em condições muito desiguais, de perspectivas antagônicas, a cujo favor se encontra o poder material e espiritual dominante. Numa sociedade que exclui a maioria dos trabalhadores do direito ao trabalho, não será a educação por si só que irá resolver tais desafios.

Ressalte-se, ainda, que na atual conjuntura político-econômica, a separação entre os interesses que se situam na perspectiva do capital e os que se situam na perspectiva

do trabalho não é tarefa fácil. De tal modo que, considerando a complexidade dos problemas que vive a humanidade na atualidade, as profundas transformações pelas quais o mundo está passando, a confusão teórico-metodológica que domina o mundo de hoje, a falta de um norte teórico-prático que oriente as forças sociais na perspectiva do trabalho, não se pode negar a importância de uma elaboração teórica que fundamente com solidez a possibilidade e a necessidade de uma nova forma de sociabilidade, para além do capitalismo.

Conclui-se, desta forma, que a luta de classes permanece como categoria analítica, fundamental para orientar qualquer proposta educativa emancipadora, o que na sociedade atual só poderá ser explicitado em seus elementos gerais, mas nunca levados à prática na forma de um conjunto sistematizado, o que não significa que a disputa por uma escola que atenda aos interesses da classe trabalhadora não possa ser efetuada. Ela pode e deve ser efetuada, uma vez que o processo histórico não tem seus resultados previamente determinados, devendo, pois, dar-se nos mais diversos campos: das ideias, dos conteúdos, dos programas, dos métodos, dos recursos, das tecnologias e das políticas educacionais, entre outros.

## Referências

ARROYO, M. G. A Educação básica e o movimento social do campo. In: BERNARDO, B.M.; ARROYO, M. G. **A educação básica do campo e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999. (Coleção Por uma educação básica do campo, 2).

\_\_\_\_\_. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma educação básica do campo, 5).

CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M.C.; JESUS, S.M. A. A. **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).

\_\_\_\_\_. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M.C. e JESUS, S.M.S.A. **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: Coleção Por uma Educação do Campo, nº 5, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

\_\_\_\_\_. Escola do campo em movimento. IN: BENJAMIN, C. CALDART, R.S. **Projeto Popular e escola do campo**. Brasília-DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 3, 2000.

\_\_\_\_\_. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. CERIOLLI, P.R.; CALDART, R.S. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 1.,1998, Luziânia, GO. **Relatório...** Luziânia: Universidade de Brasília, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING E.J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R. S. **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).

GRAMSCI, **Maquiavel, política e o Estado moderno**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

KOLLING, Edgar.; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica. **Por uma Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, 1).

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. O Manifesto Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Cartas Filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: editora Moraes, 1987.

\_\_\_\_\_. Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana (Manuscritos econômicos e filosóficos). In: FERNANDES, Florestan (org.). **K. Marx, F. Engels: História**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MEC. **Programa Nacional de Educação do campo-PRONACAMPO**: documento orientador. Brasília. 2013.

MOLINA, Mônica. Desafios para os educadores e as educadoras do campo. In: KOLLING, E. J; CERIOLLI, P. R; CALDART, R. S. **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5)

NETO, Luiz Bezerra. Educação do campo ou educação no campo? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 150-168, jun. 2010.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

\_\_\_\_\_. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª edição. Campinas: Autores Associados. 2005.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. s/d. Disponível em: [http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO\\_CIDADANIA\\_E\\_EMANCIPACAO\\_HUMANA.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf). Acessado em 19/11/2014.